



## TERMO DE FOMENTO Nº 99/2025

## QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS E A ASSOCIAÇÃO ANJOS DA VIDA - AADV

O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS, inscrito no CNPJ sob nº 18.602.011/0001-07, com sede a Rua Doutor José Olympio de Mello, 151, Bairro Eldorado nesta cidade de Patos de Minas-MG, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Luís Eduardo Falcão Ferreira, brasileiro, portador do CPF nº \*\*\*.351.\*\*\*-\*\*, Carteira de Identidade nº MG-\*\*.269.\*\*\* SSP – MG, residente e domiciliado nesta cidade e a ASSOCIAÇÃO ANJOS DA VIDA - AADV, inscrita no CNPJ sob nº. 20.132.273/0001-05, Avenida Paracatu, nº 282, bairro Rosário, Patos de Minas, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada pelo presidente ANDRÉ MARCOS NASCIMENTO, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF nº \*\*\*.844.\*\*\*-\*\* e carteira de identidade nº M-\*.735.\*\*\* SSP/MG, resolvem celebrar o presente **Termo de Fomento**, regendo-se nas Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 8.718 de 26/07/2024 e suas alterações, Lei Orçamentária Anual nº 8.775 de 19/12/2024, Lei Municipal de Repasses Financeiros de Subvenções, Contribuições e Auxílios nº 8.776 de 19/12/2024, **alterada pela Lei 9.051 de 14/11/2025**, Decreto Municipal nº 5.889 de 21/01/2025 que reestrutura as regras e os procedimentos para celebração de parcerias entre a Administração Direta e Indireta do Município de Patos de Minas e as Organizações da Sociedade Civil, para a consecução de finalidades de interesse público e dá outras providências, na Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2.014 que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; consoante ao processo digital nº **5449-25-PAT-GOV** e mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 - O presente termo de fomento, decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (subvenções sociais) visando assistência a pessoas com doenças oncológicas, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

**I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:**

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;



- b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;
- e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

## **II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:**

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de **R\$ 59.100,00 (cinquenta e nove mil e cem reais)**.

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de fomento, recursos no valor de **R\$ 59.100,00 (cinquenta e nove mil e cem reais)**, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária:

**R\$19.000,00 (dezenove mil reais)**

01.08.01.00.08.244.0006.2.0055, UG 01.08.01.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, Gestão: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, conforme discriminação abaixo:

Função: 08, Subfunção: 244, Programa: 0006, Despesa: 3.3.50.43.0000 – Subvenções Sociais Fonte: 01.0500.0000.0117 Emendas Parlamentares Municipais (1.050)

**R\$40.100,00 (quarenta mil e cem reais)**

01.08.01.00.08.244.0006.2.0055, UG 01.08.01.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, Gestão: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, conforme discriminação abaixo:

Função: 08, Subfunção: 244, Programa: 0006, Despesa: 3.3.50.43.0000 – Subvenções Sociais Fonte 01-0500-0000-0000 Recursos Não Vinculados de Impostos (1.050)

**O valor deverá repassado em parcela única**

**CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

4.1 – O MUNICÍPIO transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica na **Conta Corrente nº 577602006-5, Agência nº 0142– Caixa Econômica Federal**, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública.

I- Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

Setor de Convênios e Parcerias – Telef. (34) 3822-9645  
Email: [centralconvenios@patosdeminas.mg.gov.br](mailto:centralconvenios@patosdeminas.mg.gov.br)  
Rua Doutor José Olympio de Mello, 151, Bairro: Eldorado



4.5 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

## **CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS**

5.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica, sujeita a identificação do beneficiário final e a obrigatoriedade do depósito em sua conta bancária.

I - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

5.3 – Todas as despesas (notas fiscais, faturas) deverão ser emitidas no nome da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, no período compreendido entre a data do recebimento dos recursos financeiros pela entidade e o prazo estipulado na Cláusula Sexta, discriminando as despesas conforme estabelecido na cláusula primeira, sem rasuras e constando comprovante de pagamento.

5.4 Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante OSC

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

## **CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

6.1 - O presente Termo de Fomento vigorará a partir da sua assinatura até **31/08/2026**, conforme prazo previsto no anexo Plano de trabalho para a consecução de seu objeto. **Fica estabelecido que, a partir da assinatura deste Termo de Fomento, o prazo de execução informado no Plano de Trabalho é anulado e substituído pelo prazo de vigência aqui informado.**

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta OSC devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.



6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de fomento, independentemente de proposta da OSC, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

**7.3 A servidora Andréia Aparecida Soares, matrícula 19734 e Karine Bento Ferreira Nogueira, matrícula: 22818, foi oficialmente designada como gestoras da parceria, conforme estabelecido na Portaria 4.730 de 15 de junho de 2023.**

**7.4 A Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria foi nomeada por meio da Portaria 4.889 de 25 de setembro de 2024.**

## **CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:



I – extrato da conta bancária específica;

II - notas fiscais e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – O MUNICÍPIO considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;



II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração



econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

## **CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES**

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Advocacia Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES**

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES**

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.



11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Todos os produtos, materiais, identidades visuais, processos, metodologias, elementos cenográficos, composições, registros, acervos técnicos, bens imateriais e demais criações intelectuais utilizados, desenvolvidos, aprimorados ou incorporados no âmbito da presente parceria serão considerados de relevância pública e afetas à política municipal de promoção cultural, razão pela qual a OSC parceira cede ao Município, de forma irrevogável e irretratável, os direitos patrimoniais de uso, reprodução, adaptação, veiculação e atualização desses bens, a título gratuito, para fins institucionais, educativos, turísticos e culturais, pelo prazo indeterminado.

11.5 - A cessão prevista nesta cláusula abrange quaisquer signos distintivos, denominações, logotipos, marcas, elementos visuais ou comunicacionais empregados na execução do projeto, independentemente da data de criação, registro, titularidade ou forma de apresentação, presumindo-se autorização plena da entidade para utilização pelo Município, sempre que vinculada ao interesse público e às finalidades do projeto.

11.6 - Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.7 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

III - poderá ser rescindido amigavelmente por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração Municipal.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

13.1 As partes declaram e concordam que toda e qualquer atividade de tratamento de dados deve atender às finalidades e limites previstos neste instrumento e estar em conformidade com a legislação aplicável, principalmente, mas não se limitando à Lei 13.709/18 (“Lei Geral de Proteção de Dados” ou “LGPD”).

Setor de Convênios e Parcerias – Telef. (34) 3822-9645

Email: [centralconvenios@patosdeminas.mg.gov.br](mailto:centralconvenios@patosdeminas.mg.gov.br)

Rua Doutor José Olympio de Mello, 151, Bairro: Eldorado



#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE**

14.1 - A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

15.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

16.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Patos de Minas - MG, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

16.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

---

#### **MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS**

Luís Eduardo Falcão Ferreira  
Prefeito Municipal

---

#### **ASSOCIAÇÃO ANJOS DA VIDA - AADV**

André Marcos Nascimento  
Presidente

99-2025 ASSOCIAÇÃO ANJOS DA VIDA - AADV - 1050 pdf

Código do documento 9def6a6a-3ace-4f9a-a56f-b4e01ad6ddf4



## Assinaturas



LUÍS EDUARDO FALCÃO FERREIRA

documentos.gabinete@patosdeminas.mg.gov.br

Assinou como parte

LUÍS EDUARDO FALCÃO FERREIRA



ANDRÉ MARCOS NASCIMENTO

associacaoanjosdavid@gmail.com

Assinou como parte

ANDRÉ MARCOS NASCIMENTO



Fabiana de Sant Anna Miranda Eguchi

fabianaeguchi@patosdeminas.mg.gov.br

Aprovou

Fabiana de Sant Anna Miranda Eguchi



Thayse Aular

controladoria@patosdeminas.mg.gov.br

Aprovou

Thayse Aular



Alanna Marta Oliveira Reis

alanna@patosdeminas.mg.gov.br

Assinou como testemunha



Pollyana Geralda Silva Sousa

pollyana@patosdeminas.mg.gov.br

Assinou como testemunha

Pollyana Geralda Silva Sousa

## Eventos do documento

### 02 Dec 2025, 16:40:37

Documento 9def6a6a-3ace-4f9a-a56f-b4e01ad6ddf4 **criado** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE\_ATOM: 2025-12-02T16:40:37-03:00

### 02 Dec 2025, 16:43:22

Assinaturas **iniciadas** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email: compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE\_ATOM: 2025-12-02T16:43:22-03:00

### 02 Dec 2025, 17:08:29

ALANNA MARTA OLIVEIRA REIS **Assinou como testemunha** (91561e2b-a6a1-4868-9b9d-f81250075f7a) - Email: alanna@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta:

28190) - Documento de identificação informado: 059.408.386-93 - DATE\_ATOM:  
2025-12-02T17:08:29-03:00

**02 Dec 2025, 17:16:04**

THAYSE AULAR **Aprovou** - Email: controladoria@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 50794) - [Geolocalização: -18.6035869 -46.511458](#) - Documento de identificação informado: 038.282.666-30 - DATE\_ATOM: 2025-12-02T17:16:04-03:00

**03 Dec 2025, 10:37:39**

LUÍS EDUARDO FALCÃO FERREIRA **Assinou como parte** (6ed65cfe-cd52-4bc0-a294-4b4038d8a7e9) - Email: documentos.gabinete@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 36558) - [Geolocalização: -18.592111 -46.5066452](#) - Documento de identificação informado: 056.351.466-35 - DATE\_ATOM: 2025-12-03T10:37:39-03:00

**03 Dec 2025, 11:25:48**

ANDRÉ MARCOS NASCIMENTO **Assinou como parte** - Email: associacaoanjosdavid@gmail.com - IP: 191.55.83.233 (191-055-083-233.xd-dynamic.algartelem.com.br porta: 47646) - Documento de identificação informado: 899.844.636-72 - DATE\_ATOM: 2025-12-03T11:25:48-03:00

**03 Dec 2025, 13:36:24**

POLLYANA GERALDA SILVA SOUSA **Assinou como testemunha** (0395c3c9-d5ce-4ed7-b415-dd7e44867b56) - Email: pollyana@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 64230) - Documento de identificação informado: 077.314.726-80 - DATE\_ATOM: 2025-12-03T13:36:24-03:00

**03 Dec 2025, 14:15:55**

FABIANA DE SANT ANNA MIRANDA EGUCHI **Aprovou** (26ba4f65-7f78-4c97-8ac3-fac1efa13dd2) - Email: fabianaeguchi@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 47074) - [Geolocalização: -18.6029664 -46.5102548](#) - Documento de identificação informado: 045.083.766-14 - DATE\_ATOM: 2025-12-03T14:15:55-03:00

---

**Hash do documento original**

(SHA256):2494b40718971bce25ed346c2be547410d32ccbbb772807172bcd831115a8e85

(SHA512):5ae070ea5983779c844c00ee5b979940757248b70079baf7e3093b6a1a6cd7b9bc2e102cae45e398ec6f44bdeb5217511e16bbc0568dfcfc4d53de63bac07e75

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign****Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL**

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

---

## PLANO DE TRABALHO

### 1. DADOS CADASTRAIS – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC

Razão Social <b>ASSOCIAÇÃO ANJOS DA VIDA</b>		CNPJ <b>20.132.273/0001-05</b>	
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) <b>AVENIDA PARACATU, 282</b>			
Bairro <b>ROSÁRIO</b>	Cidade <b>PATOS DE MINAS</b>	CEP <b>38701-044</b>	
E-mail da Instituição <b>associacaoanjosdavid@gmail.com</b>		Site da instituição <b>https://associacaoanjosdavid.org.br/</b>	
Telefone 1 <b>(34) 3823-2917</b>	Telefone 2 <b>(34) 99688-6598</b>	Telefone 3 <b>( )</b>	
Número da conta corrente: <b>577602006-5</b>	Agência: <b>0142</b>	Banco: <b>104</b>	Operação:

### 2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA OSC

Nome <b>ANDRÉ MARCOS NASCIMENTO</b>		CPF: <b>899.844.636-72</b>	
Nº RG <b>M-7.735.871</b>	Órgão Expedidor <b>SSPMG</b>	Cargo/Função <b>Presidente</b>	
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) <b>RUA PADRE ANTÔNIO DIAS, Nº 524</b>			
Bairro <b>JARDIM CÉU AZUL</b>	Cidade <b>PATOS DE MINAS</b>	Período de Mandato <b>04/09/2024 a 04/09/2027</b>	
Telefone 1 <b>(34) 3823-2917</b>	Telefone 2 <b>(34) 99688-6598</b>	Telefone 3 <b>( )</b>	

### 3. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE

Identificação do Projeto/Atividade <b>Formalização de parceria, com transferência de recursos, entre a Prefeitura Municipal de Patos de Minas-MG e Associação Anjos da Vida – AADV, visando assistência a pessoas com doenças oncológicas.</b>	
Período de Execução <b>08 meses após a assinatura do TERMO DE FOMENTO</b>	Nº de Beneficiários que serão atendidos Cerca de 1.000 pacientes
Abrangência <b>Patos de Minas</b>	Valor recurso do Município(R\$) <b>R\$ 59.100,00</b> Valor Contrapartida da OSC(R\$) <b>R\$ 1.179,00</b> Valor total(R\$) <b>R\$60.279,00</b>
Justificativa Pagamento de despesas/funcionários da entidade para a sua manutenção. Tendo em vista que, nós temos um quadro de funcionários que prestam serviços e assistência a pacientes oncológicos. Dentre os serviços ofertados, está o encaminhamento de pacientes, traslado de pacientes até o Hospital do Câncer de Barretos, hospedagens e alimentação na cidade de Barretos – SP, ademais, temos o setor de captação de recursos e o bazar, para venda de roupas recebidas através de doação, para ajudar no custeio de despesas e manutenção da instituição.	
Descrição do Projeto/Atividade <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Breve histórico da OSC;</b></li> </ul> A Associação Anjos da Vida é uma entidade sem fins lucrativos que apoia pacientes com câncer, oferecendo hospedagem, transporte e alimentação gratuita à todos os paciente cadastrados. Foi fundada em 2014 por João Batista e Dora Eduarda, que tomaram a iniciativa a após a perda de sua filha, Huly Angel. Atualmente	

conta com 01 (uma) Casa de apoio na cidade de Barretos-SP, e, 01 (uma) van que transporta os pacientes até Barretos-SP, UMA vez por semana, todas as SEGUNDAS-FEIRAS.

• **Principais ações na área de atuação;**

- Promover às pessoas com câncer, sejam elas crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, assistência no diagnóstico da doença, como o encaminhamento para hospitais especializados, a oferta de informações sobre procedimentos ao internamento e transporte, alimentação, medicamentos, estadias, entre outras ações de apoio ao paciente. Contudo, pode-se dizer que a Associação Anjos da Vida já atendeu cerca de 3.500 pessoas formalmente e informalmente, com instruções de triagens esclarecimentos sobre o câncer como também informações e procedimentos de como fazer a triagem e procedimento, de como fazer a triagem do paciente ao Hospital de Câncer de Barretos e em outros aspectos citados anteriormente.
- Promover apoio às pessoas com câncer, orientando-as no que diz respeito aos seus problemas médicos, psicológicos, morais, sociais, materiais e jurídicos realizados a neoplasia maligna atendendo desinteressadamente a coletividade, sem distinção de qualquer natureza.
- Promover palestras e entrevistas, distribuição de informativos e campanhas de prevenção e diagnóstico do câncer para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos;
- A AADV apoiará e prestará serviços a quaisquer pessoas portadoras de câncer que a procurar, independentemente de ser um(a) associado(a);
- Promover, desenvolver e executar projetos e programas para atender as necessidades dos associados;
- Prestigiar e estimular iniciativas que beneficiam os associados ou não;
- Captar recursos financeiros e contribuições de qualquer natureza, destinados a programas e projetos desenvolvidos;
- Promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, socioeconômico e bem-estar dos associados;
- Elaborar e executar atividades, projetos, programas e firmar parcerias visando à consecução de seus objetivos.
- Oferecer serviços de assistência para enfermo com câncer e familiares, atuando especificamente na necessidade em que se encontra o mesmo, estadias, medicamentos, ajuda de custo traslado para cidade de Barretos á Patos de Minas e região.
- São assistidos pela AADV mais de 1.000 (mil) famílias, de forma direta ou indiretamente.

#### 4. CAPACIDADE TÉCNICA / QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

Termo de fomento nº 83/2023

#### 5. SÍNTESE DA PROPOSTA

##### 5.1. Identificação do Objeto (Geral e Específico)



**OBJETO:** Prestação de serviços de auxílio à pacientes oncológicos.

**OBJETIVO GERAL:** Promover o trabalho social com pacientes em tratamento oncológico, oferecendo maior agilidade no processo de encaminhamento para hospitais especializados e comodidade durante o tratamento.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- \* Contribuir para um tratamento de maneira humanizada à todos os pacientes;
- \* Assegurar conforto e amparo durante todo o processo.

**5.2. Resultados esperados**

Ter uma equipe capacitada que atendam e acolham os pacientes oncológicos da melhor maneira, bem como, que façam a captação de recursos para a manutenção das despesas da entidade.

**5.3. Metas**

**Meta 1:** Garantir o funcionamento contínuo da Associação durante os 08 (oito) meses de vigência do termo, por meio da manutenção de sua equipe administrativa e operacional.

- Indicador: pagamento mensal dos funcionários e encargos sociais.
- Comprovação: contracheques e notas fiscais.

**Meta 2:** Prestar assistência direta a pelo menos 1.000 pacientes oncológicos cadastrados, oferecendo suporte em transporte, alimentação e hospedagem durante o tratamento.

- Indicador: formulários mensais de atendimentos.
- Comprovação: listas de beneficiários, lista de registros de viagens.

**Meta 3:** Realizar campanhas de divulgação ou ações sociais para promoção da conscientização sobre o câncer e captação de recursos para a entidade.

- Indicador: campanhas e eventos realizados.
- Comprovação: registros fotográficos e postagens em redes sociais.

**Meta 4:** Manter o funcionamento do bazar solidário durante todo o período de execução, contribuindo para a geração de recursos destinados à manutenção das atividades.

- Indicador: funcionamento regular do bazar.
- Comprovação: livro caixa.

**Meta 5:** Implementar melhorias na comunicação e divulgação institucional por meio da atuação do analista de mídia, garantindo postagens e atualizações periódicas nas redes sociais.

- Indicador: frequência de publicações (mínimo 2 por semana).
- Comprovação: redes sociais.

**5.4. Público beneficiário**

O público beneficiário são as pessoas em tratamento oncológico. Aproximadamente 1.000 (um mil) pacientes cadastrados.

## 5.5. Forma de execução das atividades

- Pagamento de funcionários/prestadores de serviços e seus encargos sociais:
- **Auxiliar Administrativo:** Presta atendimento aos pacientes assistidos pela entidade no escritório. Horário de trabalho - 08h:00 às 18:00; intervalo: 11h às 12h:30min.; dias trabalhados - segunda à sexta;
- **Vendedora:** Trabalha no bazar vendendo roupas e acessórios para arrecadar verba para a entidade. Horário de trabalho - 8:00 às 18:00; intervalo: 11h às 12h:30min.; dias trabalhados - segunda à sexta;
- **Coordenador administrativo:** coordena as questões administrativas da entidade. Horário de trabalho - 8:00 às 18:00; intervalo: 11h às 12h:30min.; dias trabalhados - segunda à sexta;
- **Analista de mídia:** Prestadora de serviço que atuará nas mídias sociais da entidade. Carga horária de 24 horas semanais.

## 5.6. Indicadores, formas de aferição dos cumprimentos das metas

A aferição do cumprimento das metas será feita através da apresentação de contracheques e notas fiscais.

## 5.7. Equipe de profissionais que atuarão na execução da proposta

Formação	Função	Carga horária semanal
Auxiliar Administrativo	Superior Completo	44
Vendedora	Ensino Médio Incompleto	44
Coordenador Administrativo	Ensino Médio Completo	44

## 6. PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA FÍSICO – FINANCEIRO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 54.679,00
Material de Consumo	R\$
Prestação de Serviço Pessoa Física ou Jurídica	R\$ 5.600,00
Aluguel/Locação	R\$
Materiais Permanentes e Obras	
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 60.279,00</b>

### 6.1 Detalhamento das despesas

#### 6.1.1 Pessoal e Encargos Sociais

Item	Cargo	Qtde /mês	Valor mensal	Valor Total da despesa
01	Auxiliar Administrativo	7	R\$2.297,00	R\$ 16.079,00
02	Vendedora	8	R\$1.568,00	R\$ 12.544,00
03	Coordenador Administrativo	8	R\$3.257,00	R\$ 26.056,00
	<b>Subtotal</b>			<b>R\$ 54.679,00</b>

6.1.2 Material de Consumo						Valor Total da despesa
Item	Especificação	Qtde/mês	Qtde /produto	Valor Unitário	Valor mensal	
01						
02						
	Subtotal					

6.1.3 Prestação de Serviço Pessoa Física ou Jurídica						Valor Total da despesa
Item	Especificação	Qtde/mês	Qtde /profissional	Valor Unitário	Valor mensal	
01	Analista de mídia	8	1	R\$700,00	R\$700,00	R\$5.600,00
02						
	Subtotal					

6.1.4 Aluguel/Locação					Valor Total da despesa
Especificação	Qtde/mês ou evento	Valor Unitário	Valor mensal		
	Subtotal				

6.1.5 Equipamentos/materiais permanentes e obras						Valor Total da despesa
Item	Especificação	Qtde/mês	Qtde /material	Valor Unitário	Valor mensal	
	Subtotal					

TOTAL GERAL	R\$ 60.279,00
-------------	---------------

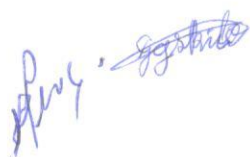
## 7. PREVISÃO DE DESEMBOLSO DO MUNICÍPIO (R\$)

REPASSES					

## 8. PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL/TOTAL

A Prestação de Contas Parcial deverá ser apresentada na periodicidade definida pelo Plano de Trabalho da parceria, de forma condizente com o seu objeto e com o cronograma de desembolso de recursos, quando houver.

A Prestação de Contas Parcial deverá ser apresentada de acordo com as parcelas liberadas e a Prestação de Contas.

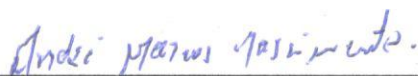


## 9. DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Na qualidade de representante legal da **Organização da Sociedade Civil - OSC**, declaro, para fins de prova junto ao **Município de Patos de Minas – MG**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com órgão ou entidade da Administração Pública, Federal, Estadual e Municipal, que impeça a realização deste termo ou qualquer instrumento legal com o Município de Patos de Minas - MG, na forma deste plano de trabalho.

Pede e espera deferimento.

Em, 28 de outubro de 2025.



Assinatura do Representante Legal (Presidente)



Assinatura do Tesoureiro da OSC

## 10. APROVAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

DECLARAMOS que foi analisado o conteúdo do PLANO DE TRABALHO, APROVAMOS e autorizamos a execução dos procedimentos operacionais detalhados no mesmo.

Patos de Minas (MG),      de      de      .

Assinatura Administrador Público - Secretário Ordenador da Despesa

plano\_corrigido\_outubro\_20251761770881417 (1).pdf

Código do documento 132e7f4c-7dc1-4d26-b854-fee2425ce5d6



## Assinaturas



Elisângela Luisa Fernandes  
elisangela.fernandes@patosdeminas.mg.gov.br  
Assinou

Elisângela Luisa Fernandes

## Eventos do documento

### 25 Nov 2025, 12:57:13

Documento 132e7f4c-7dc1-4d26-b854-fee2425ce5d6 **criado** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE\_ATOM: 2025-11-25T12:57:13-03:00

### 25 Nov 2025, 13:00:42

Assinaturas **iniciadas** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE\_ATOM: 2025-11-25T13:00:42-03:00

### 25 Nov 2025, 13:04:50

ELISÂNGELA LUISA FERNANDES **Assinou** (14332fa9-bcee-43df-a3db-2a1487a98a09) - Email:elisangela.fernandes@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.64.150 (138-0-64-150-cgnat.onnettelecom.com.br porta: 62520) - **Geolocalização: -18.599368286048847 -46.53402950117096** - Documento de identificação informado: 058.879.486-47 - DATE\_ATOM: 2025-11-25T13:04:50-03:00

## Hash do documento original

(SHA256):12c43431984b05262b8737353759e74c7f8f0ed991ed0e1ab7a1dcde68e83e2c

(SHA512):3abc114662573a71047d821567cd32ccac288c322e89d7a008b0c61ae4c2b55d488e341f29b2535aaaa3c62262c91a72bc5518d436726fa203dff6b69c01625b

## Hash do documento anexo

(SHA256):aa2386c56e1cadf07f2fec37ad8cf20ee1f53e6f2f6ed8a988ed1d3a68f0b40

(SHA512):f893f4bd7e558d033670fe329c846a4c297aed1a13c1edf6d88a5952a7eecea6f9b01983e70c26ce66f6c6c9a0ba7e8ccd25ff83c06977be25fc0d53502fda09

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**

**Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL**

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.





## SUMÁRIO

Secretaria Municipal de Governo ..... 01

## DIÁRIO DO MUNICÍPIO

## Secretaria Municipal de Governo

## Expediente

Termo de Fomento nº 97/2025, Organização da Sociedade Civil: Agência para o Desenvolvimento Econômico e Social de Patos de Minas MG ADESP, Objeto: Decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (contribuições) visa ampliar a capacidade técnica e articuladora da ADESP, contribuindo diretamente para o planejamento estratégico, a mobilização intersetorial e o desenvolvimento sustentável de Patos de Minas e região, conforme detalhado no Plano de Trabalho, Valor: R\$ 115.999,67 (cento e quinze mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta e sete centavos). Assinatura: 03/12/2025, Vigência: 31/12/2026. Patos de Minas, 03 de dezembro de 2025. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

Termo de Fomento nº 98/2025, Organização da Sociedade Civil: Associação Cultural Afrobrasileira Vovó Ana - ASCAVA, Objeto: Decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos do Fundo Municipal do Patrimônio Cultural - FUMPAC e também recurso ordinário (contribuição), visando dar continuidade a cultura afrobrasileira e fomentar a cultura regional, Valor: R\$ 39.124,09 (trinta e nove mil cento e vinte e quatro reais e nove centavos). Assinatura: 03/12/2025, Vigência: 30/04/2026. Patos de Minas, 03 de dezembro de 2025. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

Termo de Fomento nº 99/2025, Organização da Sociedade Civil: Associação Anjos Da Vida - AADV, Objeto: Decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (subvenções sociais) visando assistência a pessoas com doenças oncológicas, Valor: R\$ 59.100,00 (cinquenta e nove mil e cem reais). Assinatura: 03/12/2025, Vigência: 31/08/2026. Patos de Minas, 03 de dezembro de 2025. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

Convênio nº 28/2025, Conveniada: Associação dos Municípios da Microrregião Alto Paranaíba, Objeto: Tem por objeto efetivar o repasse de contribuição financeira à CONVENIADA, com a finalidade de cobrir despesas de custeio; unir esforços entre as partes, visando ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, técnica e financeira do Município, através de ações conjuntas na elaboração e execução de programas e projetos relacionados com todos os setores municipais, Valor: R\$ 273.000,00 (duzentos e setenta e três mil reais). Assinatura: 03/12/2025, Vigência: 31/12/2026. Patos de Minas, 03 de dezembro de 2025. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

## CONTEÚDO

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade de seus emissores: Órgãos Públicos, Entidades e, demais interessados. Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor. Para informações sobre como contatar o órgão emissor, telefone: (034) 3822-9680 – Diretoria de Comunicação Social.

DIÁRIO OFICIAL DE  
PATOS DE MINAS

Endereço: Rua Doutor José  
Olympio de Mello, 151 – Bairro  
Eldorado – Patos de Minas/MG.  
Telefone: (34) 3822-9680.

LUÍS EDUARDO FALCÃO FERREIRA  
Prefeito Municipal

CAROLINA FILARDI TAFURI  
MÁRCIA CHRISTINA DE S. O. CAIXETA  
Diagramação

Órgão Oficial do Município de Patos de Minas, criado pela Lei n.º 7.687 de 28 de novembro de 2018 e regulamentado pelo Decreto Municipal n.º 4.703, de 03 de outubro de 2019.

